

# Zélia adverte que "fundão" só apóia estados ajustados

Rio — Os estados que não controlarem seus gastos a partir de 1º de março correm o risco de não conseguirem financiamento no mercado financeiro para seus títulos de dívida pública, pois não terão a cobertura do "fundão", o novo fundo de investimento de curto prazo que será criado pelo Governo, avisou ontem a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, tendo sido bem clara a respeito.

"Vamos garantir financiamento para os títulos dos estados que se ajustarem. Quem não se ajustar, que vá se financiar em outro lugar e, se não conseguir financiamento, que arque com as conseqüências", disse a ministra, tendo observado que um dos objetivos da política econômica do Governo é sanear as finanças públicas e que, por isso, instituição financeira estadual que enfrentar problemas não será auxiliada.

Zélia lembrou que, ao longo do ano passado, ao analisar os obstáculos e falhas do Plano Collor, o ex-ministro Octávio Gouveia de Bulhões costumava acentuar, nos artigos que publicava em jornais, que enquanto o Governo Federal não tivesse controle sobre os gastos de estados e municípios, a batalha contra a inflação estava fatalmente perdida. Foi para obter este controle que o "fundão" foi criado, como também para viabilizar investimentos de longo prazo em projetos sociais, através do Fundo de Investimento Social, cujas aplicações terão uma participação de 13% a 15% na carteira do "fundão".

## Controle

A ministra descartou, no entanto, a acusação de estatização do sistema financeiro, preferindo a noção de "controle", e não aceitou também a versão de que o novo mecanismo de investimento está sendo criado em substituição ao over e fundos de curto prazo só para viabilizar o financiamento dos títulos públicos. Segundo ela, os Bônus do Banco Central (BBC) estavam sendo colocados no mercado não por causa da fragilidade ou falta de credibilidade mas, sim pela taxa de juros absurda que estava sendo exigida pelas instituições financeiras.

Voltando ao novo fundo social, ela destacou que terá características totalmente diversas de outros instrumentos já existentes ou criados no País, como PIS-Pasep ou FND, sendo, no caso, totalmente descabido qualquer temor de que os recursos sejam desviados pelo Governo para financiar o Tesouro:

"Trata-se de um fundo privado, a ser gerido por instituições privadas e cujos recursos serão canalizados para projetos de empresas privadas. Logo, quem está pensando que poderá ocorrer com este fundo o mesmo que aconteceu, por exemplo, com o FND, não entendeu nada. O BNDES apenas dará aval aos projetos a serem financiados, credenciando-os".

A ministra da Economia não teme que no dia 1º de março venha a acontecer uma convulsão no mercado financeiro, com a possível rejeição do "fundão" pelos investidores e deslocamento de recursos para ativos especulativos, como dólar e ouro. Explica que "a aplicação no fundo é muito simples, fácil de ser entendida e que, por isso, tem certeza de que os recursos serão transferidos automaticamente para ele".

## Aceitação

Ela admite, no entanto, que a Taxa Referencial de Juros (TR) pode não estar sendo bem aceita, no momento, pelo mercado, podendo estar sendo considerada baixa, face à inflação que estava sendo esperada para fevereiro. "Mas a TR diz respeito à inflação futura e não à inflação passada, e é preciso entender que os 22% de inflação que estavam sendo previstos para fevereiro diziam respeito à inflação passada", argumentou, acrescentando que, na realidade o Governo, "não tinha muita referência para fixar a TR e que, por isso, nada assegura que a taxa escolhida tenha sido a correta, tratando-se apenas de uma taxa arbitrada".

Zélia espera que a TR não seja empregada com indexador da economia, até porque vai flutuar ao sabor da política monetária, mas diz que nada poderá fazer se ela vier a ser utilizada com indexador.